

"A minha palavra é afiada e contamina"¹: análise linguístico-discursiva de comentários racistas implicitamente manifestados no *Facebook*

"Mi palabra es afilada y contamina": análisis lingüístico-discursivo de comentarios racistas implícitamente manifestados en Facebook

"My word is sharp and contaminate": linguistic-discursive analysis of racist comments implicitly manifested on Facebook

AUTORES

**Viviane Faria
Lopes**

viviane.lope@ueg.br

**Kets Lainne dos
Santos****

ketslainne@gmail.com

* Professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Goiás (UEG, Brasil).

** Graduada em Letras- Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (UEG, Brasil).

RESUMO:

Este trabalho constitui a investigação e a análise de discursos racistas, contra pessoas negras, que foram registrados em comentários no *Facebook* e postados pelos próprios usuários no *site* dessa rede virtual. Com o propósito de investigar e analisar discursos discriminatórios, objetivando os de segregação implicitamente manifesta, avaliou-se de que modo tais locuções contribuíram para a manutenção das desigualdades decorrentes das relações sociais de dominação, com estratégias e recursos discursivos de mobilização e influência. Para tanto, a geração dos dados analisados resultou de uma coleta pautada no método qualitativo e interpretativo, os quais foram descritos e examinados sob a ótica do paradigma teórico-metodológico fornecido pela Análise de Discurso Crítica (ADC) e, ainda, pela concepção crítica dos estudos de ideologia. O *corpus* se constitui de quatro amostradas discursivas, sendo que uma delas é ilustrada por uma figura distinta, em sua disposição original. Com isso, verificou-se que os sujeitos/usuários recorreram a diversas estratégias de sentido preconceituoso, com base ideológica, em seus discursos manifestados, ainda que dissimulados, contribuindo para a hegemonia de desigualdades, onde prima a continuidade dos conflitos nas relações étnico-raciais.

RESUMEN:

Este trabajo es el resultado de la investigación y el análisis de los discursos racistas aparecidos en los comentarios de *Facebook* y publicados por los propios usuarios en la web de esta red virtual. Con el propósito de investigar y analizar discursos discriminatorios, centrándonos en aquellos de segregación manifestamente implícita, se evaluó de qué modo dichas frases han contribuido al mantenimiento de las desigualdades resultantes de las relaciones sociales de dominación, con estrategias y recursos discursivos de movilización e influencia. Con este fin, los datos analizados son el resultado de una compilación basada en el método cualitativo e interpretativo, y han sido descritos y examinados desde la perspectiva del paradigma teórico-metodológico proporcionado por el Análisis Crítico del Discurso (ADC) y también por la concepción crítica de los datos. Estudios de ideología. El corpus está compuesto por cuatro muestras discursivas, una de las cuales se ilustra con una figura distinta en su disposición original. De esta forma, se descubrió que los sujetos / usuarios recurrieron a diversas estrategias prejuiciosas, con base ideológica, en sus discursos, aunque disimuladas, contribuyendo a la hegemonía de las desigualdades, donde prima la continuidad de los conflictos en las relaciones étnico-raciales.

ABSTRACT:

This paper is the investigation and analysis of racist discourses against black people, which were recorded in comments on Facebook and posted by users themselves on the website of this virtual network. In order to investigate and analyze discriminatory discourses, aiming at those of implicitly manifest segregation, it was evaluated how such phrases contributed to the maintenance of inequalities resulting from social relations of domination, with strategies and discursive resources of mobilization and influence. Therefore, the generation of the analyzed data resulted from a collection based on the qualitative and interpretive method, which were described and examined from the perspective of the theoretical-methodological paradigm provided by the Critical Discourse Analysis (ADC) and also by the critical conception of the ideology studies. The corpus consists of four discursive samples, one of which is illustrated by a distinct figure in its original arrangement. Thus, it was found that the subjects / users resorted to various ideologically based prejudiced strategies in their discourses, although disguised, contributing to the hegemony of inequalities, where the continuity of conflicts in ethnic-racial relations prevails.

1. Introdução

Tem-se aqui uma pesquisa interessada na investigação e na análise de discursos racistas contra pessoas negras, orientada pela abordagem crítica da Análise de Discurso. Esse viés investigativo caracteriza-se pelo intuito de revelar o que é encoberto na manifestação comunicativa, avaliando as assimetrias envolvidas nas relações de poder. Importa examinar como o racismo se estabelece, como é reproduzido e reforçado, avaliando a forma de discurso e sua relação dialética com as estruturas sociais, além dos meios para a análise de fenômenos sociais a partir da linguagem (Fairclough, 2001; 2003). Não há como negar as discrepâncias existentes entre o binário brancos x negros no Brasil: onde o segundo termo da comparação está em desvantagem, com estigmas atribuídos e associados, apesar de se negar a existência do preconceito no país.

O passado do qual resultou a formação étnica do povo brasileiro – e que não isenta a responsabilidade sobre a segregação racial na contemporaneidade –, bem como os discursos disseminados, tal como o mito da democracia étnica, contribuiu para a diluição do preconceito racial, bem como de outras formas de discriminação (a exemplo, o preconceito social). Essa redução também promoveu a diminuição da percepção e a identificação do comportamento de intolerância, até mesmo para aqueles que dele são vítimas. Logo, negar o racismo dificulta o combate a ele, contribuindo para a manutenção da estrutura assimétrica das relações de poder e promovendo, ainda mais, as desigualdades em diversos âmbitos.

O *Facebook* é uma rede social digital cuja popularidade atingiu níveis globais e se configurou, no quadro cultural atual, uma poderosa ferramenta que tanto permite quanto potencializa a interação virtual entre sujeitos (Correia & Moreira, 2014). Os discursos, por seu turno, ocupam um papel privilegiado na criação, na manutenção ou na transformação das relações de poder, sendo moldados a partir de ideologias que visam à manutenção do *status quo*. As construções ideológicas dos sujeitos se fazem presentes em sua formação discursiva e seus discursos materializam-se no uso linguagem. O fato de o *Facebook* ser uma rede social de natureza significativamente linguística, associado ao fato de a materialização do discurso ocorrer na linguagem, contribui para que essa plataforma se constitua, então, como espaço de luta entre os (sujeitos) usuários pela construção, manutenção ou transformação das relações de poder (Recuero, 2012; 2014).

Desta forma, acredita-se que a pesquisa se mostra relevante no sentido de denunciar o preconceito racial mascarado, encoberto pela naturalização e pela cristalização de discursos que defendem a supremacia branca e reforçam a subalternização do negro na sociedade brasileira contemporânea – sejam eles conscientes, ou não. Especialmente por preocupar-se em investigar esse fenômeno no contexto *on-line*, o qual se tornou parte da vida social, e vem modificando, alterando, redesenhando as formas de ação e interação entre sujeitos e grupos sociais.

2. “Dos filhos deste solo és mãe gentil”³?

Com base no pressuposto de que o preconceito e a discriminação raciais constituem um grave problema social, ainda na contemporaneidade, e que dele decorrem tantos outros, entende-se que somente a partir do (re)conhecimento das raízes desse mal, tornar-se-á exequível a possibilidade de transformação. Nesta pesquisa, dispusemo-nos a investigar e analisar discursos racistas que, implicitamente, materializam-se na/pela linguagem, bem como ideologias que

PALAVRAS-CHAVE

Racismo; discurso;
ideologia;
Facebook.

PALABRAS CLAVE

Racismo; discurso;
ideologia;
Facebook.

KEYWORDS

Racism; speech;
ideology;
Facebook.

Recibido:
31/10/2019

Aceptado:
24/04/2020

modelam as formas e contornos desses discursos e as relações étnico-raciais, as quais contribuem para a composição desse quadro. Para tanto, torna-se imprescindível a realização de um estudo bibliográfico que, ainda que sucintamente, compreenda a história do negro no Brasil, elucidando o que significa ser negro no país. Em virtude dos desdobramentos contínuos do passado, sobre o qual se ergue o preto-branco-e-vermelho Brasil, firma-se a necessidade de uma literatura voltada à reconstituição de tudo aquilo que, de alguma forma, significa à constituição da realidade brasileira contemporânea, de uma sociedade inegavelmente racista. Nas palavras de Caio Prado Júnior,

[o]s problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás [sic]. E é da solução de muitos deles, para quem nem sempre nos atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente (Prado Júnior, 1994, pp. 11-12).

O autor afirma, também, que estaria, ainda, longe de acabado o processo de absorção das raças colonizadas, as quais formaram um corpo estranho e incômodo na sociedade colonial em que foram forçadamente incluídas (Prado Júnior, 1994, p. 276). Para esse historiador e filósofo, no ano de 1942 considerou-se a relevância do início do século XIX para a compreensão do Brasil, pois ali amadureceu tudo o que vinha se acumulando desde os primórdios da colonização. Ainda de acordo com o autor (Prado Júnior, 1994, p. 269), a sociedade brasileira, nessa época, é caracterizada acima de tudo pela escravidão – prática social instituída que exerceu influência em todos os setores da vida social.

A sociedade brasileira foi esculpida à sombra das particularidades da escravidão aqui praticada (Prado Júnior, 1994, p. 269). Uma das mais marcantes características que diferem o regime escravagista exercido no Brasil daqueles adotados em outras colônias é, pois, o tipo de relação que se estabeleceu entre colonizador e colonizado. Tanto Prado Júnior (1994) e quando Holanda (1995) apontam para o fato de ter havido, nesse período, a formação de um ambiente menos hostil, por assim dizer, em contraste com outras colônias americanas. Com efeito, os autores Freyre (2003) e Holanda (1995), não adotaram, sob maneira, uma visão crítica acerca da instituição da escravidão, ou da escravização do negro. Suas literaturas fortaleceram, sim, o amadurecimento do mito da democracia racial, tiveram um caráter ideológico que induziu à perspectiva do branco bom, acolhedor e pacífico (ou seja, tolerante), bem como à do negro submisso e problemático.

É válido ressaltar que mais interessante seria ser tal história contada a partir da perspectiva do negro, porém infelizmente, há uma carência dessas obras no que concerne ao período da colonização à abolição da escravatura – que aqui é mais conveniente. Naquele período os estudiosos não se preocupariam em reproduzir a perspectiva do negro, menos ainda estariam os negros em condição de produção autônoma naquele contexto.

Assim, Prado Júnior que, por seu turno, assumiu um tom mais reflexivo/crítico em seu trabalho, lançamento um novo olhar sobre a condição do negro desde o passado colonial e o papel do branco nesse panorama. Esse papel foi importante em dois sentidos: primeiro, porque abre caminho para uma nova forma de se estudar a história; segundo, porque se estabelece no meio letrado, e este pode exercer um poder de influência muito forte sobre os tipos de discurso (participares) e discurso (sentido socioteórico) – como fica evidente em Freyre.

Faz-se relevante a distinção entre as duas vertentes da escravidão exercidas aqui: uma, com força no trabalho voltado às atividades de produção, outra na realização de serviços domésticos. A relevância na diferenciação reside no fato de que cada uma delas possui suas particularidades e seus próprios frutos. A primeira contava um número muito superior de escravos (Prado Júnior, 1994, p. 278), negros africanos que eram arrancados de seus meios e assimilados, sem transição, a uma civilização que lhes era totalmente alheia e que deles requeria, não mais que, a força física (Prado Júnior, 1994, p. 272). Os escravos domésticos, todavia, não podem ser esquecidos ou subestimados. Eram também numerosos, devido tanto ao fato de suprirem a demanda do serviço doméstico quanto ao de satisfazerem a vaidade dos senhores, ao simbolizarem a sua riqueza e poder. Schlichthorst (2000, p. 149) constata tal concepção “É uma espécie de

vaidade fazer-se servir por muitos, luxo que, como todo exagero, acaba se tornando incômodo. Nas casas ricas, empregam-se geralmente de dez a vinte”. Os escravos domésticos desempenharam uma grande participação na vida social da colônia e exerceram sobre ela grande influência (Prado Júnior, 1994, p. 278), tais como nos campos culinário, linguístico e musical.

Havia entre os escravos uma condição de hierarquização, na qual os domésticos ocupavam posição superior. A própria escolha dos escravos domésticos seguia critérios estéticos, correlacionava-se com seus traços fenóticos: quanto mais “negras”, mais as características dos escravos atuavam como determinantes do nível discriminação que esse viria a sofrer. Gilberto Freyre confirma que

através dos velhos anúncios 1825, 1830, 35, 40, 50, [do Diário de Pernambuco] a definida preferência pelos negros e negras altas e de formas atraentes – “bonitas de cara e de corpo” e “com todos os dentes da frente”. O que mostra ter havido seleção eugênica e estética de pajens, mucamas e molecas para o serviço doméstico – as negras mais em contato com os brancos das casas grandes (Freyre, 2003, p. 396).

Na contemporaneidade traços fenóticos, caracteres somáticos, ainda servem como critério em muitos sentidos. Em muitos casos, determinam ainda as possibilidades de relacionamento afetivo ou sexual, as possibilidades de obtenção (ou não) de uma vaga de emprego, as possibilidades de ser (ou não) alvo de uma abordagem policial, de ser seguido por o segurança de uma loja etc.

É sabido que o negro se encontrava tolhido do direito à liberdade nos mais diversos níveis: seu arcabouço cultural trazido da África era refreado e, quando não debelado, no mínimo, deturpava-se sob a condição de debilidade à qual o cativo se via subjugado (Prado Júnior, 1994, p. 272). Conforme Buarque de Holanda (1995, p. 31), a origem da sociedade brasileira é marcada pela preponderância do esforço em se implantar aqui a cultura europeia e é desse esforço que resultam mais consequências. O negro teve de se ajustar à língua, à religião, aos costumes, às ideologias, e a todas as outras vontades do povo dominador. Assim, embora não tenha havido uma aculturação (o que implica a perda total de sua cultura), houve, sim, um processo de transculturação, isto é, o povo negro acabou por reinventar sua identidade (muitas vezes, sob as conveniências de seus senhores). Segundo Fanon,

falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização. (...) Um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito. (...) Todo povo colonizado - isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural - toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana (Fanon, 2008, pp. 33-34).

Nesse contexto, específico, em que a língua portuguesa (branca, dominante) foi imposta aos grupos de negros colonizados/dominados, o psiquiatra e filósofo considera que esse processo de imposição de “troca da língua” propicia a determinação das relações étnico-raciais, no sentido de estabelecer a dominação branca, uma vez que a língua como forma de ação sobre o mundo e sobre outro, constitui-se como discurso e atua na configuração hegemônica (Fairclough, 2001; Brandão, 2004).

Torna-se imprescindível refletir, também, a respeito da formação do Brasil no âmbito étnico, cujo traço mais marcante é a acentuada mistura das três raças que compõem a nação, sendo muito maior a cifra da mestiçagem do branco com o negro (Prado Júnior, 1994, p.107; 110). Antes de tudo, a realidade do processo de miscigenação não favorece qualquer romantização, pois se configura como produto do problema sexual do colono branco, que domina os campos econômico, social e, em decorrência desses, o da relação sexual (Prado Júnior, 1994, p. 110). Enquanto dos homens escravizados esperava-se a força bruta, apenas, das mulheres esperava-se “mais a passividade da fêmea na cópula” (Prado Júnior, p. 272). A miscigenação, conforme Carone (2002, p. 10), se constitui como parte da escravidão colonial, alicerçada sob a violência e a exploração do português, em contexto de favorecimento, contra o africano.

Instalou-se aqui uma correlação, socio-politicamente convencionada, entre a cor da pele dos indivíduos e a posição social que aos mesmos caberia ocupar. Da correlação entre as escalas cromáticas e social, resultou como ideal a branquitude e a pureza racial. Esse ideal desempenhou um importante papel na evolução étnica brasileira, haja vista sua posição de orientador dos cruzamentos entre as raças, promovendo a discriminação no campo sexual, por seu turno, guiado em direção do branqueamento (Prado Júnior, 1994, p. 272). Carone (2002, p. 10) sustenta que o clareamento racial, sob uma ótica mais superficial, pode ser reduzido a um simples resultado da miscigenação ocorrida entre negros e brancos, contanto, constitui “uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, como uma espécie de condição para se ‘integrar’ (...) na nova ordem social”. De acordo com Bento (2002, p. 25), comumente, no Brasil, recai sobre o negro a questão do branqueamento, por ser a ele atribuída a responsabilidade da busca pela miscigenação, pelo clareamento racial, em decorrência de sua insatisfação com a própria condição de negro, sendo o branco lembrado apenas como objeto de desejo dos grupos raciais não-brancos.

O discurso racista é, conforme Van Dijk (2005, p. 09), uma modalidade da prática discriminatória do racismo, a qual, aliada a outras práticas não-verbais discriminatórias, contribui com a reprodução do racismo como forma de dominação étnico ou racial. O autor compreende o discurso racista, especialmente, sob a ótica da lógica discursiva racista de autorrepresentação positiva (grupo dominante) e de representação negativa do Outro (grupos dominados) (Van Dijk, 2005, p. 13). Assim, a lexicalização, a seleção das palavras, formas de ênfase e mitigação (figuras de linguagem, tais como hipérbole e eufemismo), o uso da voz ativa ou da nominalização etc., a sintaxe, a semântica, podem ser estratégias de usuários da linguagem – como ação na sociedade –, ideologicamente atravessadas de várias formas, constituindo discursos racistas (Van Dijk, 2005, p. 21).

3. Dando cor às teorias

A Análise de Discurso Crítica (ADC), conforme esclarecem Resende e Ramalho (2004, p. 185), constitui-se um paradigma teórico-metodológico o qual possibilita o tratamento de diversas práticas da vida social. Esse campo de pesquisa comporta a observação e o estudo das relações de poder existentes em diferentes grupos sociais e dos recursos aos quais os indivíduos a eles pertencentes recorrem, a fim de estabelecer, manter ou mesmo resistir (ou transformar) a tais relações (Nunes, 2008).

Os apontamentos de Vieira (2002, p. 148) defendem que a diferença mais marcante entre a AD (Análise do Discurso) e a ADC reside nas concepções consideradas por cada uma, no que se refere à constituição do sujeito e à construção do discurso. A concepção crítica concebe que o sujeito, baseado em seu caráter ideológico, é construído pelos processos discursivos tanto quanto os constrói, e sustenta que “o discurso é moldado por relações de poder e por ideologias” (Vieira, 2002, p. 149).

Precursor da ADC, Fairclough sugere que o caráter “crítico” implica “mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção” (Fairclough, 2001, p. 28). Em acordo a essa consideração, Vieira (2002, p. 155) propõe que a ADC tem por objetivo desvelar aquilo que é encoberto no discurso, tornar visível o que antes não era – aquilo que era naturalizado –, bem como relações de poder e estruturas de poder e dominação.

De acordo com Brandão (2004, p. 11), o discurso é aquilo que se situa entre – e, também, que articula – os fenômenos linguísticos e os processos ideológicos. Afirmar, ainda, que a linguagem (na condição de discurso e interação, e de uma forma de produção social), não é inocente, neutra nem natural, mas se constitui como lugar privilegiado, no qual se manifestam as ideologias, afinal, é ela o “lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais” (Brandão, 2004, p. 11).

O conceito, aqui adotado para “texto”, advém da concepção interacional (dialógica) da língua – a qual o concebe com *lugar* de interação. Segundo Koch, essa concepção considera os sujeitos com entidades psicossociais, de caráter ativo (2005, p. 15), atores/construtores sociais (2005, p. 17). Nela, o texto é considerado, enfim, o próprio lugar de interação, no qual os interlocutores/sujeitos constroem e são construídos, dialeticamente (Koch, 2005, p. 17). Um texto não é produzido fora de um fenômeno de interação verbal. Seu sentido, como afirma Koch (2005, p. 17) é construído na interação texto-interlocutores. Nessa perspectiva, para Fairclough (2001, pp. 117-118), já que pertencem aos discursos enquanto eventos sociais completos, e não somente aos textos, as ideologias não podem ser lidas no texto. Também, porque o sentido do texto é aberto a diversas interpretações, que podem influenciar diferentemente em seu caráter e importância ideológicos. O autor ainda sustenta que o tratamento dos aspectos de um texto sempre implica a referência à produção e/ou interpretação textual (Fairclough, 2001, pp. 101-102).

A prática discursiva, por seu turno, corresponde aos processos (sociocognitivos) de produção, distribuição e consumo dos textos, os quais estão relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais específicos (Resende & Ramalho, 2004, p. 186). Segundo Fairclough (2001, p. 92), esta segunda dimensão de prática discursiva reproduz a sociedade – as entidades e as relações sociais, os sistemas de conhecimento e crença e de crenças –, podendo, também, promover sua transformação. Essa dimensão engloba, também, a natureza de cada um desses processos, a qual pode variar “entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais” (Fairclough, 2001, p. 107).

A análise da prática social considera o discurso em relação à ideologia e poder, visando aos aspectos hegemônicos (Fairclough, 2001, p. 116). De acordo com Resende e Ramalho (2004), “[a] análise da prática social se dá pelo texto. É através dele que se exploram as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais” (Resende & Ramalho, 2004, p. 189). O item *ideologia* ocupa-se da observação e análise de aspectos do texto que podem ser ideologicamente carregados, tais como os sentidos das palavras, as pressuposições, figuras de linguagem as quais se recorre, entre outros; enquanto o item *hegemonia* permite que sejam observados aspectos que determinam a prática social, sendo que podem ser políticas, ideológicas, culturais e econômicas as determinações da prática social (Resende & Ramalho, 2004, p. 189).

Semelhantemente a Thompson (1995), Fairclough (2003) concebe as ideologias como representações de aspectos da realidade que contribuem para estabelecer e manter relações de poder, dominação e exploração (Fairclough, 2003). Para o sociólogo, as ideologias são propriedades tanto das estruturas (ordens de discurso) quanto dos eventos discursivos (Fairclough, 2001, p. 118-119). Justamente devido a sua instabilidade, a hegemonia (que inclui instituições da sociedade civil, tais como educação, a família etc.) equivale a um espaço de luta pelo poder (Fairclough, 2001, p. 122). E interessante resgatar, aqui, a concepção dialética das relações entre estruturas e eventos discursivos (citada acima) que está em conformidade com a concepção de luta hegemônica, em relação à articulação, desarticulação e rearticulação de elementos (Fairclough, 2001, p. 123).

Conforme Silveira e Paula (2009), “eventos discursivos particulares são guiados pelo social, mas, progressivamente, os eventos discursivos são modificados pelos individuais” (Silveira & Paula, 2009, p. 41). Tal concepção é o ponto forte da obra de Fairclough (2001), na qual afirma que “as mudanças no uso linguístico são uma parte importante de mudanças sociais e culturais mais amplas”, todavia, tais mudanças “não envolvem apenas a linguagem, mas são constituídas de modo significativo por mudanças nas práticas de linguagem” (Fairclough, 2001, pp. 22-23). Com base no caráter dialético, é possível afirmar que essas interferências sociais, do mesmo modo, ocasionam transformações discursivas.

A ocorrência de tais mudanças sociais e culturais perpassa pela dimensão textual, sendo perceptível que qualquer transformação que envolva um aspecto social, quanto mais tão ampla, não acontece de repente, sem transição. Uma mudança sempre deixa vestígios no texto – como, por exemplo, elementos instáveis ou contraditórios – e, somente ao passo em que o texto deixa de ser visto como uma trama formada por diversos fragmentos dessemelhantes, é que uma tendência particular de alteração discursiva se estabelece

e se solidifica, naturaliza-se, sendo fundamental para afirmar novas hegemonias no campo dos discursos (Fairclough, 2001, p. 128).

A linguagem, conforme Fairclough (2003, p. 24), é um elemento social em todos os níveis. Nesse sentido (lingüístico), as práticas sociais correspondem às ordens do discurso – redes de entidades organizacionais intermediárias (isto é, práticas sociais), especificamente lingüísticas, cujos elementos são discursos, gêneros e estilos. Enquanto a língua pode ser considerada uma estrutura social, uma vez que define – e até mesmo exclui – certo potencial, certas possibilidades; os textos (meios pelos quais a comunicação e a significação se efetivam) correspondem, assim, aos eventos sociais, pois são o acontecimento da língua, mediado pelas ordens do discurso (Fairclough, 2003).

Adentrar-se ao espaço ideológico quando um conteúdo exerce uma função referente a alguma relação de dominação inerentemente opaca, carregando influências de um conteúdo de consciência social influenciada por dominações diversas, com ocultamento ou disfarce dos interesses. O que vale nessa visão é fato de entender que a ocultação de intenções se revela fundamental para o estabelecimento e a manutenção de relações de poder, apesar de que, caso sejam assumidas, tornam-se facilitadoras para a ação dos grupos dominados no que concerne à mobilização, por meio de formas simbólicas contestatórias, a fim de romper com a soberania colocada (Hobsbawm & Ranger, 1984). As ideologias são compreendidas por Fairclough (2001, p. 117) como

significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (Fairclough, 2001, p. 117).

Elucida Thompson (1995, p. 73) que concepções críticas são dotadas de um sentido negativo, crítico ou pejorativo, com relação às noções de “ideologia” ou “ideológico/a”. Isso porque, ao contrário das concepções neutras, elas compreendem que os fenômenos que assim se caracterizam são “enganador[es], ilusório[s] ou parcia[is]; e a própria caracterização de fenômenos como ideologia carrega consigo um criticismo implícito ou a própria condenação desses fenômenos” (Thompson, 1995, p. 73).

Tal proposição consiste em uma reformulação do conceito e da teoria de ideologia, a qual pretende recolocar em evidência a correlação entre sentido (significado) e poder (Thompson, 1995, p. 16). Nas palavras do autor,

o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – (...) “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é o sentido a serviço do poder (Thompson, 1995, p. 16).

Na perspectiva do autor, compreende-se a ideologia como um fenômeno organicamente hegemônico, haja vista seu papel efetivo no estabelecimento e na sustentação das relações de dominação e, por conseguinte, na reprodução da ordem social, que favorece indivíduos e grupos dominantes (Thompson, 1995, p. 91). Onde estão as relações sociais, estão, também, as relações de poder e dominação. Estas ideologias constituem a vida social, permeiam os múltiplos contextos nos quais as pessoas estão inseridas. Um importante aspecto da concepção proposta por Thompson é o fato de ela estender, a noção de ideologia aos diversos territórios que envolvem poder e dominação, superando a tendência de relacioná-la, primordialmente, ou somente, às formas de poder institucionalizadas, como partidos políticos, entre outros (Thompson, 1995, p. 18).

As ideologias, conforme Van Dijk (2005, p. 55) “são adquiridas de forma lenta e se apresentam relativamente estáveis, a fim de servirem como uma base cognitiva fundamental para a conduta social e o discurso cotidiano dos membros do grupo” (Van Dijk, 2015, p. 55). Como pondera Thompson (1995, p. 18), os contextos sociais em que as pessoas estão envolvidas cotidianamente (na intimidade de seus lares, no

ambiente de trabalho, no âmbito educacional etc.) as atingem de forma mais direta. Logo, entende-se ser imprescindível que os mesmos sejam considerados.

[a]s formas simbólicas são ideológicas somente enquanto servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder; e é essa atividade, a serviço das pessoas e grupos dominantes, que tanto delimita o fenômeno da ideologia, dando-lhe especificidade e distinguindo-o da circulação das formas simbólicas em geral (Thompson, 1995, p. 90-91).

Conforme elucida Thompson, as formas simbólicas ou sistemas simbólicos, não são ideológicos em si mesmos. Isto é, eles são, ou não – e, caso sejam, são –, mais ou menos, ideológicos a depender das formas como são utilizados e compreendidos em contextos sociais específicos (Thompson, 1995, p. 17). Nessa vertente, Van Dijk (2015, p. 56) sustenta que certas estruturas discursivas são mais convenientes e, portanto, mais recorrentes que outras para atingir a persuasão de atitudes e ideologias (que significa dominação). Portanto, a sintaxe, o léxico, as figuras de linguagem etc., contribuem para que o discurso ideológico seja moldado, de forma não arbitrária (Van Dijk, 2005, p. 56).

4. Analisando os matizes negros da linguagem

Nesta parte apresento dados coletados (comentários de usuários dos *Facebook*, fielmente transcritos da fonte), bem como suas análises, que envolvem a descrição e interpretação, com base nos pressupostos teóricos apresentados anteriormente. O *corpus* se constitui de quatro amostras das produções discursivas, sendo que uma delas é ilustrada por uma figura distinta, em sua disposição original.

Conforme Fairclough (2003), aqueles significados considerados velados, sustentam de forma mais eficaz as relações de poder. Apresentando-se de forma explícita (por meio do discurso), uma ideologia assume um risco consideravelmente maior de ser contestada, ou seja, torna-se mais vulnerável à organização de sujeitos ou grupos de sujeitos que recorram ao que Thompson (1995) denomina “formas simbólicas contestatórias”, a fim de romper com as relações de dominação. Isso poderia gerar ao menos uma desestabilização ou uma crise em seu poder.

Mais seguro para a sustentação das relações de dominação é buscar atingir a essa manutenção por meio da hegemonia (Fairclough, 2001; 2003), pois, mais do que o uso da força física ou a imposição inflexível de regras, essa forma particular de poder, apesar de ser temporária e parcial, favorece a durabilidade e a tendência à relativa estabilidade do poder exercido pelos sujeitos ou grupos dominantes. Nesse sentido, a universalização de perspectivas particulares é uma estratégia extremamente útil aos propósitos dos sujeitos e grupos dominantes, visto que apresentam como interesses gerais aqueles que, na verdade, são particulares (Fairclough, 2003). Essa estratégia contribui para a naturalização das desigualdades diversas, decorrentes das assimetrias nas relações de poder.

Assim, justifica-se porque o racismo, na condição de fenômeno ideológico, tende a ser mascarado, encoberto, implícito. Sua manifestação em discursos (no plural: referem-se a tipos particulares de discurso – religioso, científico, médico, pedagógico etc.), tende a ser sutil porque esses contribuem para a legitimação da dominação branca. Muitos indivíduos recorrem a estratégias linguísticas, efetivando o uso da língua como ação na sociedade (Fairclough, 2001) – sobretudo em face do “politicamente correto” (Van Dijk, 2005, p. 10), com o propósito de afirmar seus discursos, lançar mão da preservação sua face. Desta forma, garante-se a legitimação dos discursos de cunho racistas e, por conseguinte, sua reprodução e aderência, tendo em vista que, sob o disfarce da suposta “naturalidade”, tende a passar despercebido o seu caráter ideológico.

A primeira amostra discursiva, corresponde a um comentário postado por um usuário, designado “Usuário 1”, em resposta à uma publicação de uma página aberta da rede social. A postagem correspondia à uma notícia a qual apontava que Jesus Cristo havia sido negro.

Comentário registrado pelo Usuário 1 (postagem em 2016)

Eu acho essa teoria super válida. existe uma passagem na bíblia que não me vem e mente agora que fala que JESUS não tinha parecer nem formosura para que chegassem a ele. E tendo ele nascido lá na humildade, eu acredito sim que ele poderia ter nascido negro. Não vejo problema algum, até pq negro e branco para Deus são um só. ao contrário dos que muitos querem Jesus não é e nem nunca fui nenhum super star, loiro e olhos azuis. abram suas mentes para outras possibilidades. nem sempre o que te contaram é a verdade. lembrem-se que muitos manipularam a história.

O Usuário 1 inicia seu enunciado com a expressão **"Eu acho"**, tal expressão configura um marcador de modalização, decorrente de processos mentais (Fairclough, 2003, p. 170). Logo após, ele enuncia "essa **teoria** [se referindo à notícia que afirmava que Jesus era negro] **super válida**". A escolha pelo uso da palavra "teoria", em resposta a algo que é dado como certo, revela que, na verdade, o locutor não a toma como verdade, como parece, a princípio, mas, sim, uma possibilidade. Para qualificar tal "teoria", opta pelo uso do adjetivo "válida", complementa, ainda, com o emprego do termo "super", que funciona como um advérbio de intensidade. A expressão pode, a princípio, parecer uma forma de validação, de legitimação da notícia, em concordância. Não obstante, sendo o seu texto compreendido como estrutura social entende-se que ao definir certas possibilidades de uso linguístico, ele também exclui outras (Fernandes, 2008). Assim quando ele escolhe utilizar a palavra "teoria" exclui a possibilidade de usar "fato", por exemplo. No mesmo sentido, ao empregar a palavra válida (que cria certa ilusão, principalmente, combinada pelo termo "super"), se exclui a possibilidade de se empregar o termo "correta". Em ambos os casos, a seleção lexical representa possibilidade, incerteza.

Adiante, para justificar o porquê supostamente acredita em tal hipótese, o usuário recorre a "uma passagem da **bíblia**". Assim utiliza-se da estratégia da legitimação de seu discurso, apoiando-se na força do discurso religioso. O discurso religioso vem sendo utilizado para justificar relações de dominação e opressão do branco contra o negro há muito tempo. Ainda no início da colonização dos povos africanos, quando uso da força física era mais institucionalizado, já se recorria a estratégias de legitimação da dominação (Thompson, 1995), valendo-se do discurso religioso. Por exemplo, baseando-se na ideia de superioridade do branco e inferioridade do negro, o discurso religioso, justificativa a dominação do negro como forma de salvar a sua alma. A própria bíblia já foi utilizada como instrumento por meio da qual se justificavam as diferenças raciais, sendo que, nessa perspectiva, o branco era branco devido a nobreza de caráter de seu antecessor, ao passo que o negro era negro devido à falta de caráter de seu antecessor (Coqueiro, 2008).

Prosseguindo, o Usuário 1, informa o relato da passagem da bíblia em que se baseia, para sustentar que acredita na negritude de Jesus. Conforme aponta, a Bíblia relata que "JESUS não tem parecer **nem formosura** [sic]". A absolutização patológica das marcas fenóticas se intensificou com a expansão do colonialismo europeu (Carvalho, 1999, p. 5; que é comprovada até mesmo em Gilberto Freyre, defensor do mito da democracia racial) e perdura até os dias atuais. A expressão destacada coaduna com discurso racista que relaciona negritude e falta de beleza; o discurso constitui, na verdade, um intertexto e interdiscurso, visto que é formado a partir de outros textos que materializam discursos que já sustentam essa ideia (Guimarães, 2006). Por exemplo, o discurso de que ser branco é ser belo, uma vez que se pressupõe que ser negro é ser diferente de branco, logo ser negro significaria não poder ser belo. Isto se amplia a traços fenóticos, tais como a cor da pele, textura do cabelo, espessura dos lábios, nariz etc.

Dando sequência ainda amparando-se na passagem bíblica, o interlocutor enuncia **"E** tendo ele nascido já na **humildade**, eu acredito sim que ele **poderia** ter nascido **negro**". Nesse caso, o termo "humildade" constitui um eufemismo para a condição de pobreza, estratégia de dissimulação, que visa diminuir a carga negativa de sentido associada à forma simbólica (Bakhtin, 1997). Ao associar a pobreza de Jesus como fato possivelmente confirmador de sua negritude, relaciona negritude à pobreza. Mais uma vez, recorre à intertextualidade e à interdiscursividade, uma vez que historicamente se consolidou um discurso que correlaciona raça/etnia a condições de desenvolvimento socioeconômico (esse discurso dilui o preconceito étnico-racial no socioeconômico a fim de negá-lo, assim, se constitui uma estratégia de retificação que, simultaneamente, engloba a naturalização e eternização, posto que atua no sentido de inculcar no social

que é natural a pobreza dos grupos étnico-raciais dominados, a fim de negar o papel discursivo ideológico que os constrói). O uso do termo “poderia”, por seu turno, caracteriza um verbo modalizador, em que o interlocutor opta por não afirmar (ele mesmo materializa o que havia sido demonstrado no que concerne a sua crença).

A conjunção “e” conecta os discursos que relacionam negritude à falta de beleza e à pobreza. Em ambos os discursos ocorre a desvalorização da negritude. Pensando nas estratégias de valorização, propostas por Thompson, pode-se afirmar que o Usuário 1, recorre àquela que corresponde a condescendência, na qual se inferioriza o outro lembrando-se sua posição subordinada, posto que a “condescendência possibilita aos indivíduos em posição dominante reafirmar sua dominação sem declará-la abertamente” (Thompson, 1995, p. 208).

Em “Não vejo problema algum, até pq negro e branco **para Deus são um só**”, mais uma vez o interlocutor recorre a dimensão religiosa. Também, utiliza a estratégia de unificação, supondo uma padronização entre sujeitos negros e brancos (em um contexto social e histórico, no qual o os primeiros são indiscutivelmente mais desfavorecidos) a qual pressupõe a humanidade como um referencial padrão, como fundamento partilhado. Contraditoriamente, ao mesmo tempo, quando opta pela expressão “para Deus”, ele implicitamente atribui a responsabilidade sobre igualdade racial à Deus, isentando o campo social de tal obrigação.

Por fim, quando diz “Jesus é não e nem nunca foi um **super star, loiro e olhos azuis**”, opõe a expressão destacada ao termo “negro”. Enquanto associa a negritude à feiura e à pobreza (que possuem uma avaliação, social e historicamente, negativa), os termos “loiro” e “olhos azuis” (características de indivíduos brancos) são associados à “*superstar*”, que remete ao sucesso, tem uma conotação positiva ou, ao menos, mais positiva que a outra. Esse comentário é racista porque reproduz discursos racistas, ideologicamente voltados a oprimir o negro, à nível estético e socioeconômico e pode, assim, auxiliar na sustentação da dominação branca.

A segunda e a terceira amostras discursivas correspondem a comentários postados por dois usuários distintos, designados “Usuário 2” e “Usuário 3”, respectivamente, em resposta à uma publicação de um grupo aberto da rede social, o qual se autodeclarava como um perfil com orientação ideológica conservadora. Os comentários em questão se direcionavam à uma postagem que satirizava a fala de Yasmim Stevam, uma jovem negra, que na mesma manhã estivera no programa “Encontro com Fátima Bernardes”, e declarara ser vítima de racismo, chegando a perder vagas de emprego por assumir a textura crespa de seu cabelo ao natural. A legenda da postagem: “Por que será?! Local de trabalho não é lugar para lacação”.

Comentário registrado pelo Usuário 2 (postagem em 2018)

Eu acho que ela pode e deve usar o cabelo como quiser. Nao deve satisfação a ninguem. Realmente é problema dela.

Assim como na minha empresa eu contrato quem eu quiser. Não devo satisfação a ninguém sobre pq contratei oi não...

O comentário registrado pelo Usuário 2, assume um tom, aparentemente, cordial, de modo que pode chegar a parecer um apoio a Yasmin, até certo ponto. Ele inicia o enunciado com a expressão “Eu acho”, mais uma vez um marcador de modalização, decorrente de processos mentais (Fairclough, 2003, p. 170). Seguindo, afirma “ela **pode e deve** usar o cabelo como quiser”, os termos destacados compreendem a verbos modalizadores que conferem uma posição ao que o interlocutor diz.

A expressão “[ela] não deve nada a ninguém”, também parece demonstrar apoio. Todavia, o “**assim como**” configura uma “virada” textual, a partir da qual o interlocutor permite mostrar seu verdadeiro discurso. Ao prosseguir, ele usa pronomes na primeira pessoa do singular (isto é, referentes a ele): “**minha** empresa”, “**eu** contrato”, e segue “[eu] não devo satisfação a ninguém”. Ao empregar esses pronomes sobre essa forma, ele reforça sua individualidade, o que coaduna com a expressão não dever satisfação a ninguém, que tem um significado voltado à ideia de poder de escolha, de liberdade.

Desta forma o Usuário 2 se utiliza da interdiscursividade para recorrer ao discurso de liberdade de expressão. Nesse sentido, ao repetir a expressão “[ela] não deve satisfação a ninguém,”, substituindo o “[ela]” pelo “[eu]”, o interlocutor recorre a uma estratégia de padronização, recorrendo e subvertendo ao discurso de “direitos iguais”, para fins evidentemente racistas.

Em uma sociedade racista, onde há um discurso que legitima o cabelo liso (associado aos grupos dominantes brancos) e o cabelo crespo é avaliado negativamente (e esse simples carácter é suficiente para o estabelecimento e sustentação de diversos tipos de desigualdades e prejuízos) são muitas as implicações que um comentário/texto/discurso como esse pode ter, uma vez que opera a língua de modo a legitimar a discriminação étnico-racial (Silva, 2000).

Comentário registrado pelo Usuário 3 (postagem em 2018)

Esse povo já tá passando dos limites, não querem mais regras. Eu odeio roupas brancas mas cursei faculdade de odontologia e fui obrigada a usar branco e usei, não pudei ter unhas grandes, cortei e usei curtas, não podia ficar de cabelo solto, eu prendia. Esse povo quer que o mundo os aceite e respeite mas não quer respeitar nada e por isso são cada vez mais odiados. A tendência é só piorar a situação pra eles mesmos.

O Usuário 3 inicia seu enunciado com a expressão “**esse** povo”. O pronome relativo destacado marca uma estratégia de diferenciação (Thompson, 1995, p. 207). Conforme Van Dijk, corresponde a uma “(...) polarização discursiva [que] é tipicamente caracterizada para reforçar as propriedades positivas de NÓS (...) e as propriedades negativas DELES” (Van Dijk, 2005, p. 56). A expressão “passando dos limites”, empregada logo após, demarca um limite, entre o que é aceitável em sujeitos do grupo dominado, enquanto “não querem mais regras”, constrói uma imagem negativa do outro (negro).

Logo depois, o interlocutor busca estabelecer uma relação entre o caso de discriminação sofrido por Yasmin e uma situação vivenciada por ele, por meio de uma comparação: “Eu odeio roupas brancas mas eu cursei faculdade de odontologia e fui **obrigada** a usar branco e **usei**, não podia ter unhas grandes, **cortei** e usei curtas, não podia ficar de cabelo solto, eu **prendia**”. Nesta comparação, o uso do vocábulo “obrigada”, mais os verbos “usei”, “cortei” e “prendia” materializam um discurso no qual o interlocutor incentiva a subordinação dos grupos dominados – por meio da estratégia de legitimação, com uma tendência à naturalização (Thompson, 1995), usando sua experiência como exemplo, como um meio de aproximação.

Mais uma vez, recorre então à expressão a “esse povo”, com o mesmo sentido anterior. Na construção “quer que o mundo os respeite, mas não quer respeitar nada”, estabelece um interdiscurso o qual recorre ao discurso de que o respeito se conquista, bem como reforço uma imagem negativa referente os alvos da crítica. Na expressão “por isso são cada vez mais odiados” legitima o ódio contra negros, confirmado pela expressão seguinte: “A tendência é só piorar a situação pra eles mesmos”. Assim, ainda desloca a culpa dos problemas enfrentados do racismo e para os próprios sujeitos. Esse comentário se caracteriza como racista, justamente, porque recorre a um discurso que visa à submissão dos grupos negros frente às relações de poder, de dominação nas quais os brancos são favorecidos (Azevedo, 1987).

A quarta amostra discursiva corresponde a um comentário postado por um usuário, designado “Usuário 4”, em resposta à uma publicação de uma página aberta da rede social, intitulada *Spartakus Santiago*. A postagem corresponde a uma notícia, postada na página a qual declarava um projeto que visava incentivar a valorização da arte produzida por pessoas negras.

Comentário registrado pelo Usuário 4 (postagem em 2018)

Valorizar a “arte negra? pq não valorizar as artes em geral em que essa manifestação não seja dividida por raças?

O Usuário 4 produz um comentário curto, configurado em duas perguntas: “Valorizar a ‘arte negra? pq não valorizar as artes em geral em que essa questão manifestação não seja dividida por raças?”. As orações em

formato interrogativo, neste contexto representa uma crítica, que revela uma avaliação negativa do conteúdo do post ao qual responde. O interlocutor recorre à estratégia de unificação. Utilizando as expressões “arte negra” e “manifestações divididas por raça”, pressupõe que grupos negros são responsáveis por uma segregação, pela diferenciação. Além de tudo recorre à interdiscursividade, incorporando o discurso “igualdade”.

Em uma sociedade, na qual formas simbólicas produzidas por grupos dominados são desvalorizadas, menosprezadas por sujeitos situados no campo de interação dominante, intermediário e, até, no subordinado (Thompson, 1995, pp. 207-210), uma estratégia a qual esses grupos (dominados) podem recorrer é a rejeição, que consiste na tentativa de valorização de atividades e produtos próprios dos sujeitos/grupos dominados em daqueles produzidos pelos sujeitos/grupos dominados (Thompson, 1995, p. 210). Esse comentário vai contra essa estratégia, ignorando o contexto do negro na sociedade brasileira. Assim, se constitui racista, porque seu discurso favorece o poder do grupo dominante.

5. Considerações finais

Nesta pesquisa, buscamos focar textos escritos provenientes do gênero comentário, colhidos no contexto do *site* da rede social *Facebook*, registrados pelos próprios usuários, os quais implicitamente manifestam racismo. Justamente pelo fato de reconhecer que, com o advento da internet, o universo *online* se tornou lugar de reprodução, reconfiguração e ressignificação das práticas sociais que exercemos cotidianamente diante de um caráter muito particular.

Este trabalho se realizou com o propósito específico de identificar e compreender como o racismo contra pessoas negras se manifesta implicitamente em dizeres *a priori* não-racistas (sobretudo no senso comum), tendo em vista os recursos e estratégias discursivas aos que os sujeitos recorrem a fim de estabelecer ou sustentar relações de poder (dominação), legitimar uma forma de controle e naturalizar a ordem social e as desigualdades. À guisa de conclusão, verificou-se que os sujeitos/usuários recorrem a diversas estratégias linguísticas e ideológicas em seus discursos. Por meio da interdiscursividade, contribuem com a hegemonia, com a manutenção das relações de dominação nas relações étnico-raciais. De forma mais ou menos direta esses discursos determinam as estruturas sociais, ao passo em também são por elas determinadas.

Por mais que a rede social *Facebook* constitua um espaço virtual/digital, ainda está inserida dentro da sociedade real. Assim as configurações básicas de práticas sociais que constituem a realidade também constituirão a prática social *online*. Os elementos que compõem as práticas sociais, aspectos relacionados aos discursos, relações de poder, pessoais, sociais, histórica e ideologicamente, também constituem essas práticas. Assim, na atividade de registrar comentários, enquanto forma de interação social, prática social, se estabelecem modos de comportamento e de representação na sociedade (direcionando acontecimentos, a ocorrência de fenômenos, tais como as relações de poder, as desigualdades étnico-raciais, etc.), bem como no estabelecimento e na sustentação de relações de poder.

NOTAS

¹ Verso da música "Testando", que integra o álbum *Ellen Oléria*, lançado em 2013 pela cantora e compositora Ellen Oléria.

² Estrofe do poema "Texto de consulta", que integra o livro *Convergência*, de Murilo Mendes, lançado em 1970.

³ Verso do *Hino Nacional Brasileiro*, com letra de Joaquim Osório Duque-Estrada e música de Francisco Manuel da Silva. Apesar de a primeira execução haver ocorrido no ano de 1831, a letra e o ritmo sofreram alterações até o ano de 1917, com a primeira gravação em disco acontecendo em 1917.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, C. M. de. (1987). *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX* (6ª Ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bakhtin, M. M. (1997). *Estética da criação verbal* (2º Ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-58). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brandão, H. H. N. (2004). *Introdução à análise do discurso* (2ª Ed.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Carvalho, J. J. de. (2018). *Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele*, 1999. Recuperado de [http://www.revistacinetica.com.br/cep/jose_jorge.pdf]. Consultado [20-03-2018].
- Corone, I. (2002). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 12-14). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Correia, P. M. A. R., & Moreira, M. F. R. (2014). Novas formas de comunicação: história do Facebook - Uma história necessariamente breve. *ALCEU*, 14(28), 168-187.
- Coqueiro, E. A. (2008). *A naturalização do preconceito racial no ambiente escolar uma reflexão necessária*. Recuperado de [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2008_ufpr_socio_md_edna_aparecida_coqueiro.pdf]. Consultado [22-09-2018].
- Hobsbawm, E., & Rangert T. (1984). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Londres: Routledge.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Fernandes, F. (2008) *A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era)* (Vol. 2). São Paulo: Globo.
- Freyre, G. (2003). *Casa-grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (48ª Ed.). São Paulo: Global.
- Guimarães, A. S. A. (2006). Depois da democracia racial. *Tempo social*, 18(2), 269-287.
- Holanda, S. B. de. (1995). *Raízes do Brasil* (26ª Ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Koch, I. G. V. (2005). *Desvendando os segredos do texto* (4ª Ed.). São Paulo: Cortez.
- Nunes, V. F. L. (2008). *Identidade, família e letramento: representações discursivas num contexto de pobreza*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Prado Júnior, C. (1994). *Formação do Brasil contemporâneo* (23ª Ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Recupero, R. (2012). *A conversação em rede: comunicação mediada por computador e redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Recupero, R. (2014). Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. *Verso e Reverso*, XXVIII(68).
- Resende, V. de M., & Ramalho, V. G. V. S. (2004). Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, 5(1), 185-207.
- Schlichthorst, C. (2000). *O Rio de Janeiro como é (1824-1826): Contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Silva, T. T. da. (2000). A produção social da identidade e da diferença. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 73-102). Petrópolis: Vozes.
- Silveira, R. C. P. da, & Paula, D. G. de. (2009). A sedução na construção das manchetes em jornais paulistanos. *Discurso em questão: representação, gênero, identidade, discriminação* (pp. 39-47). Goiânia: Cãnone Editorial.
- Thompson, J. B. (1995). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, R. J: Vozes.
- Van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, notícia e ideologia: estudos na Análise Crítica do Discurso*. São Paulo: Campo das Letras.
- Vieira, J. A. (2002). As abordagens críticas e não-críticas em Análise do Discurso. *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos* (pp. 143-164). Brasília: Editora Plano.